

OPINIÃO



**JOÃO LUPI**  
Associado sénior da  
Abreu Advogados



**LEONOR DE SÁ E FRAIDE**  
Advogada estagiária da  
Abreu Advogados

# A abrir caminho para o (Direito do) Espaço: um apelo à regulamentação

**A** Cimeira das Nações Unidas para o Futuro realizada em Nova Iorque entre 22 e 24 de setembro de 2024 teve uma importância significativa para o setor espacial por várias razões.

A importância da cooperação internacional e dos quadros regulamentares no contexto do espaço sideral vem, aliás, sublinhada no Pacto para o Futuro adotado pelos membros da Organização das Nações Unidas (ONU) durante esta cimeira.

A adoção do Pacto representou o avançar de passos para evitar o armamento de tecnologias emergentes e prevenir uma corrida ao armamento no espaço sideral, nomeadamente através da inclusão de um acordo para reforçar os acordos internacionais existentes, de modo a garantir que todos os países possam beneficiar da sua exploração e utilização seguras e sustentáveis.

No documento é afirmado expressamente que os membros da ONU reforçarão a cooperação internacional para a exploração e utilização do espaço sideral para fins pacíficos e em benefício de toda a humanidade, enquadrando-se a mesma como um tema de paz e segurança, em vez de sustentabilidade ambiental, social ou mesmo económica.

Com efeito, as Nações Unidas consideram desempenhar um papel indispensável na manutenção da paz e da segurança internacional, perante ameaças em terra, no mar, no ar e, de forma crescente, no espaço sideral.

Visto que a humanidade goza atualmente de maior acesso a atividades e recursos do espaço sideral, a utilização do mesmo poderá vir a marcar agendas políticas ao longo das próximas décadas. O crescimento do número de objetos espaciais, o regres-



Reuters

so dos seres humanos ao espaço profundo e a crescente dependência dos sistemas espaciais são alguns exemplos mencionados pelo Pacto que o comprovam.

É neste contexto que o desenvolvimento de nova legislação e políticas relativas à utilização e exploração dos recursos do espaço exterior deverá estar iminente. O aumento do interesse e a melhoria das tecnologias permitem a exploração do espaço a um nível que era simplesmente impossível até há uma década.

Assim, nesta ocasião a ONU rea-

**O desenvolvimento de nova legislação e políticas relativas à utilização e exploração dos recursos do espaço exterior deverá estar iminente.**

firmou a importância de uma adesão tão ampla quanto possível e do pleno cumprimento do Tratado do Espaço Exterior de 1967 e debater o estabelecimento de novos quadros para o tráfego espacial, os detritos espaciais e os recursos espaciais através do Comité para as Utilizações Pacíficas do Espaço Exterior; e convidou o setor privado, a sociedade civil e outras

partes interessadas relevantes, sempre que adequado e aplicável, a contribuir para os processos intergovernamentais relacionados com o au-

mento da segurança e da sustentabilidade do espaço exterior.

Ao enfatizar a cooperação internacional e dissuasão do armamento, promover a exploração sustentável, envolver diversas partes interessadas e fomentar o desenvolvimento jurídico e político, o Pacto fornece um quadro abrangente para enfrentar os desafios multifacetados do aumento da utilização do espaço, com profundas implicações para o setor.

Estas medidas mostram-se essenciais para garantir que o espaço sideral continue a ser um domínio de paz, segurança e acesso equitativo, beneficiando toda a humanidade e apoiando o crescimento contínuo e a inovação do setor espacial.

A crescente utilização do espaço sideral apresenta uma miríade de desafios que exigem o desenvolvimento de quadros regulamentares sólidos, como a gestão dos detritos espaciais, a gestão do tráfego espacial, a utilização dos recursos e os direitos de propriedade, a segurança e a militarização, a proteção do ambiente e o acesso e benefícios equitativos.

A resposta a estes desafios exige uma abordagem abrangente e colaborativa que envolva organismos internacionais, governos nacionais, partes interessadas do setor privado e a sociedade civil. E o desenvolvimento de legislação sólida é essencial para garantir que a crescente utilização do espaço sideral seja efetuada de uma forma pacífica, segura, sustentável e acessível a toda a humanidade, em benefício das gerações atuais e futuras.

A adoção do Pacto para o Futuro pelas Nações Unidas constituiu, assim, um importante e promissor marco para o setor espacial e toda a humanidade. ■